

# A crítica ao receituário neoliberal para a educação à luz das contribuições teóricas de Theodor W. Adorno

Eliano Marcelino Koch\*

## Resumo

Revisar as ideias fundantes do liberalismo, sua nova configuração, quando recebe o prefixo “neo”, seu receituário à educação moderna e encontrar elementos básicos para uma crítica a esse novo programa de vida em Theodor W. Adorno, em seu ensaio *Teoria da semicultura* e na obra *Educação e Emancipação*, é o que pretendemos neste artigo, por meio de pesquisa e análise bibliográfica. Assim como advertia o frankfurtiano, de que não devemos esquecer o que levou à barbárie nazista, não podemos desprezar aqueles que viveram os seus horrores, saíram vivos e nos alertaram sobre esse perigo que continua. O trabalho buscou outros estudiosos do tema que, no meio acadêmico, contemporaneamente, buscam novas interpretações acerca do filósofo de Frankfurt, tal como Bruno Pucci, e apresentar as ideias liberais e neoliberais, como Leda Maria Paulani, entre outros.

Palavras-chave: Liberalismo. Neoliberalismo. Educação. Adorno.

## Introdução

O Neoliberalismo vem forjando novos modos de vida, penetrando em qualquer forma de governo, em muitos debates, planejamentos, no dia a dia das pessoas e, sobretudo, na educação. Por isso, em um primeiro momento, ressaltaremos o seu surgimento liberal, tanto historicamente como epistemologicamente e, na sequência, verificaremos seu contraponto, o Estado de Bem-Estar Social. O seu estudo é justificado a fim de podermos caracterizar como a educação é organizada a partir dessa política econômica, tecendo análises críticas, à luz do filósofo de Frankfurt, Theodor W. Adorno, sobre os perigos que essa doutrina representa, pois, de modo velado, o Neoliberalismo exclui e avalia de acordo com os critérios, especificamente, economicistas e massacra, especialmente consciências. O objetivo crucial é, portanto, estar atento constantemente contra os ataques neoliberais, a fim de que novos “Auschwitz” não ocorram.

---

\* Graduado e licenciado em filosofia. Graduando em administração. Licenciando em Pedagogia. Aluno especial do Programa de Pós Graduação em Educação (UDESC).  
E-mail: eliano.marcelinok@gmail.com

## Alguns aspectos históricos e epistemológicos do liberalismo

Em todas as épocas e lugares, conforme o filósofo da Escola de Frankfurt, Theodor W. Adorno (1903-1969), e estudiosos que serão citados neste trabalho, a dominação ou formas de subjetivar ou objetivar as consciências é constante. Não seria diferente em nossa época. O Neoliberalismo, que podemos denominá-lo de “novo jeito de ser” porque invade todos os espaços, todas as formas de pensar, utiliza-se de formas diversas, inclusive, e sobretudo, da tecnologia, individuando-se nas mais variadas objetividades, conforme têm alertado dois estudiosos franceses no assunto, Pierre Dardot (1952-) e Christian Laval (1953-), e vem, desde a década de 1970, submetendo o mundo em seu projeto.

Para os autores, o neoliberalismo é mais que uma ideologia ou um tipo de política econômica; é um sistema normativo que ampliou sua influência ao mundo inteiro, estendendo a lógica do capital a todas as relações sociais e a todas as esferas da vida. No capitalismo neoliberal, a exigência de competitividade vai muito além do mercado, atinge a todos os setores da ação pública e aos domínios da vida social e individual (PUCCI, 2018, p. 602).

Por isso, antes de subscrevermos as ideias de Adorno acerca do tema proposto, faz-se necessário apresentar as raízes do pensamento Neoliberal e as configurações deste em nosso tempo, por dois motivos: que o pensamento dos referenciais, que aqui está sendo ressignificado, seja contextualizado e para que futuros leitores tenham entendimento, especialmente, do porquê o prefixo “neo” foi adicionado no termo liberalismo.

De acordo com a professora e economista Leda Maria Paulani, indicada a economista do ano em 2020 e ganhadora de outros prêmios, ao fazer esse resgate histórico em seu artigo, intitulado *Neoliberalismo e Individualismo* (1999), recorda que o liberalismo, em um primeiro momento, surge como movimento filosófico e político quando John Locke (1632-1704) colocou o homem e a razão como fundamento da realidade a partir dos direitos naturais.

[...] John Locke, está visceralmente ligado à filosofia dos direitos naturais, prega a tolerância política e religiosa, exige o direito de defesa contra o arbítrio e mostra-se coerente com a visão de mundo que advoga que os homens nascem livres, tanto quanto nascem racionais. Trata-se, nessa medida, de um desdobramento da grande transformação que dá origem ao pensamento moderno e que coloca, no primeiro plano, o homem e o desmesurado poder da razão com que foi brindada sua natureza. Em suma, para dizer em poucas

palavras, o liberalismo, no momento de seu nascimento, é fundamentalmente filosófico e político (PAULANI, 1999, p. 116).

A partir de três acontecimentos, lembra Paulani (1999), é que o liberalismo passou a se relacionar com a economia. O primeiro quando Locke contraria a ideia de Hobbes da relação entre Estado e indivíduo; o segundo deriva da própria noção de liberdade e igualdade, pois os economistas liberais entendem que a intervenção estatal restringe essas coisas e, por fim, o terceiro, desdobrando-se dos próprios princípios liberais. O filósofo Bentham (1748-1832), colocando a ética como uma ciência positiva e defendendo o utilitarismo, reforça essa fusão entre liberalismo e economia:

O primeiro deles tem a ver com a associação, feita já pelo próprio Locke, entre liberalismo e defesa da propriedade privada. Diferentemente de Hobbes, Locke via a relação entre o estado e o indivíduo, não como uma relação entre governantes e governados, mas como um pacto social estabelecido entre homens igualmente livres e que tinha por objetivo preservar os direitos naturais, dentre os quais encontrava-se, para ele, não apenas o direito à vida e à liberdade, mas também o direito à propriedade de bens materiais. O segundo ponto está relacionado à proximidade do conceito com a ideia de igualdade (pelo menos no plano jurídico, igualdade implica liberdade e vice-versa). Quem vai se preocupar decididamente com isso é Rousseau. O pensador [...] afirmava o princípio da liberdade como direito inalienável do homem e acreditava que recusá-la seria recusar a própria qualidade de ser humano. A despeito disso, porém, Rousseau alertava que, sem um mínimo de igualdade social, a liberdade civil seria impossível. Entrementes, e entramos com isso no terceiro ponto, desenvolve-se na Inglaterra e como desdobramento da própria doutrina liberal, a escola utilitarista, [...] Bentham discorda das premissas contratualistas e vai considerar que a obediência civil só se justifica se ela contribuir mais para a felicidade geral do que a não-obediência. Mas o que seria a “felicidade geral”? A premissa básica do utilitarismo benthamita reza que cada homem age sempre motivado pelo seu próprio interesse. James Mill, de seu lado, demonstrava esse mesmo teorema apelando à lei da associação psicológica, segundo a qual a felicidade alheia é desejada porque é intimamente relacionada com a própria (PAULANI, 1999, p. 116-117).

Mais adiante esta noção de utilitarismo será retomada como uma das filosofias que reforçam a relação Neoliberal e Educação.

## **Neoliberalismo, seu surgimento e seu novo modo de pensar liberal**

Assim como outras formas de dominar, reger e estruturar a economia, a política etc. ficaram desgastadas, com o Liberalismo não foi diferente. No início do século XX, sobretudo depois de enfrentar duas grandes guerras mundiais, o Estado passa a ter um

papel regulamentador e decisivo em todas as ações. Tem-se como expoente, nessa época, o economista Keynes (1883-1946).

Na etapa que então se inicia, o mercado tem papel inegavelmente importante, mas não menos importantes são o Estado, o planejamento, as políticas públicas. Tudo se passou como se, depois de algumas grandes crises e duas guerras mundiais, o Ocidente tivesse finalmente encontrado o ponto de equilíbrio entre os resultados da estreita bitola do mercado de um lado e a imperiosa (ou iluminista) necessidade de rearranjá-los de outro. As ideias implícitas no referido consenso encontraram seu hábitat natural no estado do bem-estar social, no controle keynesiano da demanda efetiva e na regulação fordista do sistema e o capitalismo deslanchou tranquilo por três décadas, crescendo de modo sustentado em todo esse período, já conhecido na literatura como “os anos de ouro” (PAULANI, 1999, p. 119).

Porém, nesse mesmo tempo, assim como Keynes, que atuava academicamente, Hayek (1899-1992) e outros pensadores principiantes do Neoliberalismo, como Milton Friedman (1912-2006) e Karl Popper (1902-1994), entre outros, também atuavam. Durante, basicamente, 30 anos, Keynes se sobressaiu. Mas, na década de 1970, o modelo de Bem-Estar Social desfalece com o acúmulo de capital, principalmente dos países centrais, e com o endividamento dos países periféricos. Com isso, o liberalismo passa a ganhar seu prefixo “neo” e uma nova roupagem porque, para estes, “[...] o mercado como a única instituição capaz de respeitar a primazia do indivíduo [...]. A defesa do *laissez-faire* torna-se, portanto, a peça-chave desta versão moderna do liberalismo” (PAULANI, 1999, p. 120-121).

E para atingir o estágio em que o mercado seria o comandante indisputado de todas as instâncias do processo de reprodução material da sociedade, era preciso: limitar o tamanho do Estado ao mínimo necessário para garantir as regras do jogo capitalista, evitando regulações desnecessárias; segurar com mão de ferro os gastos do Estado, aumentando seu controle e impedindo problemas inflacionários; privatizar todas as empresas estatais porventura existentes, impedindo o Estado de desempenhar o papel de produtor, por mais que se considerasse essencial e/ou estratégico um determinado setor; e abrir completamente a economia, produzindo a concorrência necessária para que os produtores internos ganhassem em eficiência e competitividade. Com o passar do tempo, juntaram-se também a esse conjunto de prescrições regras de pilotagem de juros, câmbio e finanças públicas que, algo contraditoriamente, transformaram a política econômica neoliberal numa *Business Administration* de Estado (PAULANI, 2006, p. 7).

Dessa forma, no artigo *O neoliberalismo e a escola pública sob alguns olhares*, os autores Bragagnolo e Silva (2003) demonstram com clareza a solução para os problemas

encontrados após anos gloriosos, assim conhecidos os praticamente 30 anos em que o Estado de Bem-Estar Social foi viável.

Estes viam a crise do capitalismo fruto dos excessos do estado intervencionista que desestimulava as ações individuais de competição do mercado e, da força dos sindicatos que pressionavam aumentos de salários, conferindo a estes, valores e benefícios incompatíveis com as reais necessidades de reprodução da mão-de-obra e de reinvestimento dos lucros, por parte dos empresários (BRAGAGNOLO e SILVA, 2003, p. 199).

Paulani (1999), partindo da discussão sobre o projeto iluminista racional que os modernos buscaram para o homem ser livre e “dono de si”, alerta-nos sobre os perigos dessa doutrina, ou receituário, que tenta impor a todo custo seu *modus operandi* e *modus vivendi*.

Muito mais incisivo, por isso, do que o liberalismo original, o neoliberalismo demonstra uma capacidade insuspeitada de ocupar todos os espaços, de não dar lugar ao dissenso. Confirmando sua natureza de puro receituário econômico destinado a recolocar o mercado no lugar que de direito lhe pertence, essa característica onipresente do neoliberalismo tem levado, no limite (e contra Hayek), a transformar o processo politicamente moderno de nossas sociedades em meros rituais vazios, sem nenhuma importância, processos que em nada modificam o curso inexorável da marcha econômica. Hayek concede que ela é mesmo amoral, mas é o que de melhor se pode conseguir! Se tentar conseguir algo melhor que isso, fica pior. Então não há saída. Temos de abrir mão de nossa suposta capacidade racional e nos submeter à lógica míope da economia de mercado, convivendo com seus resultados. É um fim melancólico demais, havemos de convir, para o homem moderno que se descobriu todo poderoso há alguns séculos em função de sua capacidade racional (PAULANI, 1999, p. 121-122).

Dessa maneira, fica evidente um paradoxo, ou seja, de que a racionalização para os neoliberais é não usar as capacidades racionais. Ficar no senso comum é o objetivo central para a propagação de suas doutrinas. E o método para atingir este fim é acreditar que o mercado é a solução para tudo, pondo em xeque a noção de liberdade que os liberais tinham.

## A Educação pensada a partir do neoliberalismo

Bragagnolo e Silva (2003) apontam que em uma Conferência ocorrida na Tailândia, na década de 1990, após constatarem o fracasso do ensino público, foi o marco referencial para a enxurrada do Neoliberalismo na educação.

[...] se constatou que mundialmente a educação, principalmente a pública, oferecida pelos países periféricos às camadas populares, estava falida, não somente pelo descaso e sucateamento, mas principalmente porque esta educação não atendia mais as demandas sócio educacionais exigidas pela nova sociedade globalizante e neoliberal, que os países imperialistas vinham impondo já há duas décadas ao mundo (BRAGAGNOLO; SILVA, 2003, p. 200).

A partir daí um programa elaborado começa a entrar em vigor. Uma série de desconstrução por parte do Estado começou a minar a escola que agora é considerada antiga ou falida, por não acompanhar os passos da globalização.

O estado se afasta da educação e impõe uma redução drástica de recursos: municipaliza as escolas, busca parcerias com o setor privado, dá ênfase nas ideologias de solidariedade e voluntariado como condição de combate à desigualdade, padroniza os trabalhos nas escolas com os mesmos uniformes, horários, formas de trabalho, conteúdos e exames, não tendo espaço para singularidades. Isto significa que são outras formas de dominação que no contexto neoliberal ganham novas significações. Neste sentido, os profissionais da educação na lógica neoliberal da polivalência passam a ser capacitados para cumprirem tais tarefas, pois com as novas demandas da reestruturação produtiva a educação deve priorizar a formação de consumidores (BRAGAGNOLO e SILVA, 2003, p. 200-201).

Bragagnolo e Silva possuem por referência nesse assunto, Neoliberalismo e Educação no Brasil, a produção crítica de Tomaz Tadeu da Silva, Gaudêncio Frigotto e Pablo Gentili. Aqui, para ilustrar melhor as ideias, optamos por demonstrar os comentários acerca do que pensa Gentili. O que fica evidente para o doutor em educação é a verificação da qualidade da educação no Brasil. As provas ou testes para verificação tiveram início no governo de Fernando Henrique Cardoso. Os padrões educacionais passaram a obedecer aos princípios da produtividade. Muda-se, portanto, todas as formas de enxergar as autoridades escolares.

Entre os saldos negativos para a sociedade em geral e a educação em particular, está a adoção do discurso da qualidade. [...] a ideia de escola pensada no MEC sob a orientação de Cosete Ramos é baseada em uma ideia micro-institucional, onde se formariam comitês de qualidades nas escolas com seus atores (professores, alunos e direção) que buscariam nos moldes dos CCQ das empresas, discutir e solucionar os problemas, pois estes na concepção oficial são problemas técnicos e burocráticos nunca políticos (BRAGAGNOLO e SILVA, 2003, p. 207-208).



Bruno Pucci<sup>1</sup> (2018) aponta que com o neoliberalismo a semiformação, problema objeto de um ensaio do filósofo da Escola de Frankfurt, está entrando nas salas de aula. Para ele, o Neoliberalismo tem relação com as ideias do filósofo alemão de maneira mais intensa e extensiva, pois a sociedade da semiformação identifica-se com o poder do mais forte, fazendo valer a história natural darwinista.

Adorno, no ensaio de 1959, dizia que a tensão entre a autonomia e a adaptação não era uma invariante, se diferenciava de época para época por seu conteúdo e suas instituições (2010, p. 12) e que, embora o conceito de formação tivesse sido gestado no contexto inicial da burguesia, quando esta se apresentava historicamente como classe progressista, no evoluir do próprio modo de produção capitalista prevaleceu, de formas diferentes, o poder da adaptação, do conformismo, sobre os momentos de autonomia, de emancipação (PUCCI, 2018, p. 603).

Pucci (2018), como que seguindo o alerta de Adorno, de que é imprescindível para derrotar a barbárie detalhar os acontecimentos, descreve como o Neoliberalismo tem adentrado nas escolas. Uma das formas é a noção de habilidades e competências que os alunos devem adquirir. Retoma-se um dos acontecimentos que aproximou o Liberalismo da economia, o utilitarismo de Bentham. A escola, seus conteúdos e seu modo de agir têm sentido apenas para a ação. Não há mais um como educar, porque este já está dado, mas um para quem educar, para o fazer. Conteúdos como de filosofia e sociologia, que são vistos como sem utilidade alguma, são desprezados.

[...] o tipo de escola que as reformas em curso estão propondo se inspira na educação como um investimento, e apresenta como objetivo primeiro incentivar a competitividade e o empreendedorismo do educando para sua realização plena como capital humano (PUCCI, 2018, p. 607).

Gerir a escola como uma empresa é outra configuração Neoliberal na educação. Fazer com que os alunos sejam vistos como clientes, os professores como colaboradores e o diretor como um chefe: essa é a fórmula. "E para tal, deve construir uma analogia entre a empresa e a escola, traduzir a lógica educativa em uma lógica de mercado [...]" (PUCCI, 2018, p. 608). Portanto, tudo deve estar voltado para a formação de competências.

---

<sup>1</sup> Bruno Pucci é professor titular pela UFSCar e um dos mais importantes estudiosos da Escola de Frankfurt no Brasil. Das obras em que é organizador e coautor destacam-se as seguintes, respectivamente: *Teoria Crítica e Educação: a questão da formação cultural na escola de Frankfurt* (1995) e *Adorno: o poder educativo do pensamento crítico* (2001).

Nesse novo jeito de ser escola, o professor não é mais o detentor do saber. Mas usando tecnologia "[...] o conhecimento e a informação gerados pelas novas tecnologias potencializaram *ad infinitum a ratio* instrumental [...]" (PUCCI, 2018, p. 608-609), tendo que se adequar e readequar constantemente, como alguém que tem que se adaptar a tudo também, é apenas mediador ou tutor. Ele deve se retirar o máximo possível e deixar o aluno-futuro empregado, ou desde o banco da sala de aula visto como um empreendedor, ser o protagonista que, na disfarçada pedagogia barata Neoliberal, vai adquirindo competências e habilidades.

Por fim, a educação escolar é uma preparação inicial apenas para, posteriormente, especialmente no Ensino Médio e na Universidade, o aluno encontrar a formação profissional. Conhecimentos gerais e de humanas, a partir disso, começam a ser ignorados, já que o fim é produzir ou ser útil.

A noção “aprendizado ao longo da vida”, se, historicamente, alimentava uma das necessidades vitais do ser humano em seu percurso existencial, a experiência da aprendizagem, nos horizontes da lógica empresarial, associada às noções de eficácia, performance e competência, restringe suas aspirações à busca insana de um saber útil e prático a serviço de interesses restritos (PUCCI, 2018, p. 610).

Podemos perceber, a partir desses apontamentos, que o discurso e a prática neoliberais são antagônicos quando olhamos sob a ótica de que a educação deve ser emancipadora.

## **Adorno e sua contraproposta ao neoliberal: a emancipação formativa humana**

Adorno (2005) escreveu um de seus ensaios *Teoria da semicultura*, como observou um de seus tradutores, durante o período de Bem-Estar Social. Participante de uma grande escola na Alemanha, a Escola de Frankfurt, podemos considerá-lo como um grande sentinela, alertando-nos sempre da possibilidade do retorno de Auschwitz, a terrível barbárie depois da *Aufklärung*, de Immanuel Kant (1724-1804). Hoje, pois, o Neoliberalismo, de acordo com Pucci (2018), é a nossa nova encarnação da nova barbárie, com nova roupagem que se utiliza da educação, como vimos anteriormente, para perpetuar seu receituário. Nas palavras do próprio filósofo frankfurtiano buscamos os fundamentos e luzes para a nossa ação.

“O espírito da semiformação cultural pregou o conformismo” (ADORNO, 2005, p. 15). No ensaio, Adorno coloca uma questão fundamental sobre a formação cultural ou



da deturpação dela. Quando há uma sociedade semiculta, a adaptação e o conformismo são uma realidade.

A sociedade inteiramente adaptada é o que na história do espírito demonstra esse conceito: mera história natural darwinista, que premia a survival of the fittest. Quando o campo de forças a que chamamos formação se congela em categorias fixas — sejam elas do espírito ou da natureza, de transcendência ou de acomodação — cada uma delas, isolada, se coloca em contradição com seu sentido, fortalece a ideologia e promove uma formação regressiva (ADORNO, 2005, p. 3).

O filósofo reflete sobre a contradição que o conceito de formação encontrou. A burguesia ou o modo liberal, tinham a pretensão de uma sociedade com homens livres e iguais, na medida em que os singulares fossem lúcidos o todo também seria, mas, por exemplo, as diferenças econômicas, anos depois, demonstraram o contrário. “Quando se denigre na prática dos fins particulares e se rebaixa diante dos que se honram com um trabalho socialmente útil, trai-se a si mesma” (ADORNO, 2005, p. 5).

Adorno percebe que se perdeu o sentido de formação porque ela pressupõe autonomia e liberdade, pois essa era a intenção do iluminismo e sua relação com o capitalismo: formar sujeitos livres e autodeterminados; mas perde seu fim quando recebe estruturas pré-fabricadas e deve-se estar sujeito a estas realidades externas para formar-se. Wolfgang Leo Maar, ao introduzir a obra *Educação e Emancipação*, recorda, por exemplo, o país tão desenvolvido na época, como a Alemanha que, tão rica em formação cultural, caiu em contradição social. “Assim como o desenvolvimento científico não conduz necessariamente à emancipação, por encontrar-se vinculado a uma determinada formação social, também acontece com o desenvolvimento no plano educacional” (ADORNO, 1995, p. 15).

“A semiformação é o espírito conquistado pelo caráter de fetiche da mercadoria” (ADORNO, 2005, p. 11). Esse é o lado duplo da cultura, em que a Indústria Cultural faz o espírito conformar-se ou adaptar-se com os seus bens, aniquilando a independência crítica, podendo os semiformados serem manipulados facilmente, tal como massa. “A exigência que Auschwitz não se repita é a primeira de todas para a educação” (ADORNO, 1995, p. 119). O mercado cultural fez a massa perceber que o que ela consome é cultura, que isso é desenvolvimento e, assim, por meio de suas manobras leva a grande população a negar o passado.

Dizer que a técnica e o nível de vida mais alto resultam diretamente no bem da formação, pois assim todos podem chegar ao cultural, é uma ideologia comercial

pseudodemocrática. Mas simultaneamente com a elevação do nível de vida, crescem as reivindicações de uma formação como índice para ser considerado integrante da camada superior, da qual, aliás, cada vez menos se distingue subjetivamente. Como resposta, se incentivam camadas imensas a pretender uma formação que não têm. O que antes estava reservado ao rico e ao *nouveau riche* se converteu em espírito popular. Um grande setor da produção da indústria cultural vive dessa nova realidade e, por sua vez, incentiva essa necessidade por semicultura. As biografias romanceadas, que informam sobre os fatos culturais mesclados a identificações baratas e vazias, ou o resumo de ciências inteiras, como a arqueologia ou a bacteriologia, adulteradas com impressionante desfaçatez, convencem o leitor de que está *au courant*. Confiante na ignorância, o mercado cultural dela se nutre e a ela reproduz e reforça (ADORNO, 2005, p. 12).

Porém, não há um Estado pacífico ou uma sociedade do jardim do Éden se continuar nesses moldes, como se as pessoas vivessem inertes ao ódio e destruição, por exemplo. A própria adaptação é geradora do autoritarismo porque não cumpre seu ideal de felicidade que a democracia promete. O Estado, assim como prevê o capitalismo tardio, denominado de Neoliberalismo, é visto como uma empresa. Há duas alternativas: adaptar-se/conformar-se com o poder ou odiar a democracia dando brechas para o totalitarismo. “A necessidade de uma tal adaptação, da identificação com o existente, com o dado, com o poder enquanto tal, gera o potencial totalitário” (ADORNO, 1995, p. 43).

O filósofo alemão dá pistas de como sair desse círculo vicioso. É preciso sair do remorso, ter a coragem de elaborar o passado. Torná-lo consciente no presente.

Torna-se necessário o que a esse respeito uma vez denominei de inflexão em direção ao sujeito. É preciso reconhecer os mecanismos que tornam as pessoas capazes de cometer tais atos, é preciso revelar tais mecanismos a eles próprios, procurando impedir que se tornem novamente capazes de tais atos, na medida em que se desperta uma consciência geral acerca desses mecanismos (ADORNO, 1995, p. 120).

Adorno, após figurar o menosprezo que se construiu do professor na Idade Média, diagnostica essa situação na modernidade, que vê o professor como um castigador, “[...] que este imaginário é exitoso em firmar a crença de que o professor não é um senhor, mas um fraco que castiga ou um monge sem cargo” (ADORNO, 1995, p. 107), e suas relações com o complexo de Édipo e, sobretudo, chama-nos a atenção a um dos tabus relacionados com a nossa problemática: a diferença do reconhecimento de um profissional liberal e um servidor professor.

Uma ruptura no próprio plano da burguesia, ao menos na pequena burguesia, entre os que são livres e ganham mais, embora sua renda não seja garantida, e que gozam de um certo ar de nobreza e ousadia, e, por outro lado, os funcionários permanentes e com pensão assegurada, invejados por causa de sua segurança, mas desprezados enquanto se assemelham a verdadeiros animais de carga em escritórios e repartições, com horários fixos e vida regrada pelo relógio de ponto (ADORNO, 1995, p. 103).

A técnica e sua relação com a produção cultural e a promoção da consciência coisificada já era tema relevante para o Frankfurtiano. Como era seu costume, o uso do método dialético mostrava o lado ambíguo das coisas. Com o uso crescente da tecnologia, a Indústria Cultural busca difundir seu modo de formar. Quanto mais a massa cresce mais é neutralizada.

Os homens inclinam-se a considerar a técnica como sendo algo em si mesma, um fim em si mesmo, uma força própria, esquecendo que ela é a extensão do braço dos homens. Os meios — e a técnica é um conceito de meios dirigidos à autoconservação da espécie humana — são fetichizados, porque os fins — uma vida humana digna — encontram-se encobertos e desconectados da consciência das pessoas (ADORNO, 1995, p. 131).

A saída da minoridade é a emancipação. Ressuscita-se Kant e sua *Aufklärung*. É preciso pessoas interessadas e corajosas que levem os alunos a encontrar a autonomia porque o sistema será abalado, especialmente o econômico.

[...] a única concretização efetiva da emancipação consiste em que aquelas poucas pessoas interessadas nesta direção orientem toda a sua energia para que a educação seja uma educação para a contradição e para a resistência. Assim, tenta-se simplesmente começar despertando a consciência quanto a que os homens são enganados de modo permanente, pois hoje em dia o mecanismo da ausência de emancipação é o mundus vult decipi em âmbito planetário, de que o mundo quer ser enganado. Por outro lado, posso muito bem imaginar o lobby da indústria cinematográfica imediatamente presente na capital caso houvesse tal iniciativa, explicitando que deste modo pretendemos promover uma propaganda ideológica unilateral, além de prejudicarmos, por outro lado, os interesses econômicos da indústria cinematográfica, tão importantes para o balanço das finanças alemãs. Num processo real para promover a emancipação tudo isto teria de ser levado em conta (ADORNO, 1995, p. 182).

Portanto, despertar a consciência é, mais do que nunca, um dever de quem leva a sério a educação e, ainda mais, é preciso lutar.

## Considerações finais

Diante da pesquisa levantada percebe-se que formas de dominação contra a emancipação humana continuam com outros nomes e outras roupagens. É imprescindível, portanto, estarmos atentos a estes ataques e, dia após dia, na práxis escolar, exercitarmos ações emancipatórias.

## Referências

- ADORNO, T. W. **Educação e emancipação**. Tradução de W. Leo Maar. São Paulo: Paz e Terra, 1995.
- ADORNO, T. W. **Teoria da semicultura**. Tradução de Newton Ramos-de-Oliveira, Bruno Pucci e Cláudia B. M. de Abreu. Rondônia: Edufro 2005.
- BRAGAGNOLO, I. T.; SILVA, M. F. O neoliberalismo e a escola pública sob alguns olhares. **PerCursos**, Florianópolis, v. 4, n. 1, 2003.
- PAULANI, L. M. Neoliberalismo e Individualismo. **Economia e Sociedade**, São Paulo, v. 8, n. 2, jan. 1999.
- PAULANI, L. M. O projeto neoliberal para a sociedade brasileira: sua dinâmica e seus impasses. In: LIMA, J. C. F.; NEVES, L. M. W. (Org.). **Fundamentos da educação escolar no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006. p. 67-107.
- PUCCI, B. A ontologia da semiformação em tempos de neoliberalismo. **Veritas**, Porto Alegre, v. 63, n. 2, 2018.